

ANEXO I

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256º - A, conforme aplicável]

1- Pedro de Brito Paulino de Noronha, titular do Cartão de Cidadão n.º 02062369 OZY9 valido até 07/08/2022, com domicilio profissional na Rua do Entrepasto Industrial, n.º 3 - 2.º, Quinta Grande de Alfragide, 2610 - 135 Amadora, na qualidade de Gerente da VIGIEXPERT - Prevenção e Vigilância Privada, Lda., com o número de identificação fiscal 506807266 e com sede na Rua do Entrepasto Industrial, n.º 3 - 2.º, Quinta Grande de Alfragide, 2610 - 135 Amadora, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Concurso Publico nº PROCESSO N.º 2022/300.10.005/570 “AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PARA O FESTIVAL MÚSICAS MUNDO E TASQUINHAS 2022”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo I
- b) Proposta e atributos preço total
- c) Certidão permanente
- d) Alvarás

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra — ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



Prevenção e Vigilância Privada

Alvará 116-AeC

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido código;

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Amadora, 17 de junho de 2022